

Às escolas e aos pais

No momento exato, o ministro da Educação, Murílio Hingel, decide estabelecer certo monitoramento sobre um problema dos mais angustiantes, o qual afeta a sociedade em todos os seus estratos, notadamente as classes média e de baixa renda.

Trata-se da questão da mensalidade escolar que nos últimos anos passou a constituir-se em seríssimo desafio para a família brasileira. Ao findar o ano letivo, os estabelecimentos de ensino entregam-se à tarefa de fixar novos valores para o ano seguinte. Nessa prática, por conta das pressões inflacionárias, a rede privada de educandários vê-se forçada a rever custos e projetar receitas financeiras. Aí, os cálculos e as planilhas são elaborados com o objetivo principal de viabilizar economicamente o funcionamento das escolas particulares. Assim, os reajustes financeiros levam em consideração os gravames de uma economia que na atualidade alcançam todo o universo empresarial.

No entanto, não se cogita da situação muito mais aflitiva do público em geral. Alguns dirigentes de colégios chegam a exagerar na avaliação das despesas e acabam projetando cobranças superdimensionadas, à busca de lucros muito além daquilo que a moral e a ética lhes permite. Observa-se, então, que pais e responsáveis por educandos, afrontados por abusos ostensivos, reagem de modo enfático, mobilizando os meios de comunicação na tentativa de lograrem a revisão de decisões contrárias ao bom-senso e sobretudo à capacidade de serem mantidos em dia os compromissos relativos aos gastos com educação. É uma pendência que se renova a cada ano e muitas vezes ao longo do período escolar. Enfim, uma reação compreensível

diante do excesso de determinados aumentos.

Nesta oportunidade, felizmente, uma autoridade com elevado poder de influência situa-se em campo contrário aos desmandos que possam ocorrer. O professor Murílio Hingel desde logo alerta à população e os estabelecimentos da rede particular de ensino para a postura do Ministério da Educação; não vai transigir com aqueles que transformam o ensino em simples instrumento para multiplicar ganhos e acumular riquezas. Para tanto, pede a especial atenção de pais e alunos no sentido de manterem todos vigilância crítica aos critérios de fixação de mensalidades. Diretamente ou por intermédio das associações de pais e mestres, devem exigir transparência total nos índices que deverão, obrigatoriamente, ser levados ao conhecimento público — com um máximo de divulgação. E mais: a fim de evitar a consolidação de práticas peculiares aos cartéis sem entranhas, deformadoras dos princípios da didática e da pedagogia, não podem aceitar os chamados contratos padronizados.

Não se há de pretender, é óbvio, uma declaração de guerra aberta entre as partes interessadas, e sim a tomada de atitudes com vistas ao entendimento, traduzido na fixação de mensalidades balizadas por valores realistas. A par da retribuição normal dos investimentos necessários à manutenção das escolas, ressaltadas a verdade dos custos e a medida correta dos lucros, ter-se-á em vista uma compatibilização plena de interesses imposta pela fase recessiva da economia nacional. E em posição dominante sobre toda a problemática em causa estará a importância fundamental da Educação como sustentáculo maior de um povo.